UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NATÁLIA GOMES DO NASCIMENTO

EXISTE COR NA IMPRENSA FEMINISTA?

LIMITES E POTENCIALIDADES DO DEBATE RACIAL NOS PERIÓDICOS *MULHERIO* E *NZINGA INFORMATIVO*

(1980-1988)

Brasília, outubro de 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NATÁLIA GOMES DO NASCIMENTO

EXISTE COR NA IMPRENSA FEMINISTA?

LIMITES E POTENCIALIDADES DO DEBATE RACIAL NOS PERIÓDICOS *MULHERIO* E *NZINGA INFORMATIVO* (1980-1988)

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada/bacharel em História.

Brasília, outubro de 2021

EXISTE COR NA IMPRENSA FEMINISTA? – LIMITES E POTENCIALIDADES DO DEBATE RACIAL NOS PERIÓDICOS *MULHERIO* E *NZINGA INFORMATIVO* (1980-1988)

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto – PPGHIS/UnB
(Orientadora)

Profa. Ma. Stephane Ramos da Costa – PPGHIS/UnB
(Membra)

Profa. Esp. Thaís Lopes Rocha – PPGHIS/UnB e SEE-DF
(Membra)

Profa. Ma. Janira Sodré Miranda – PPGHIS/UnB e IFG
(Suplente)

A noite não adormece
Nos olhos das mulheres
A Lua fêmea, semelhante nossa
Em vigília atenta vigia
A nossa memória
A noite não adormece
Nos olhos das mulheres
Há mais olhos que sono
Onde lágrimas suspensas
Virgulam o lapso
De nossas molhadas lembranças

“Ain't Got No” (part. Conceição Evaristo) – Luedji Luna, 2020.

AGRADECIMENTOS

Com a finalização desse ciclo, sinto-me extremamente grata. Concluir a graduação no curso pelo qual sou apaixonada é a concretização de um sonho e não seria possível sem muitas pessoas e forças que me auxiliaram a cada passo dessa jornada.

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, Airton Brito e Cleide Almeida, pela dádiva da vida, pela trajetória recheada de oportunidades e de amor e por terem me permitido crescer e cultivar meus valores pessoais. Gratidão por nunca deixarem de acreditar nas minhas capacidades, por todos os livros presenteados, pela compreensão nos momentos em que fiquei distante para finalizar essa pesquisa e por tudo o que é de vocês e que forma o que sou hoje.

Ao meu irmão caçula, Mateus Gomes, que foi minha primeira companhia e que tanto me inspira com sua inteligência e incontáveis virtudes. Saber que você se orgulha de mim é um dos motivos que me fazem continuar a cada dia.

Ao meu parceiro de vida, meu noivo, Gabriel Fernando Lima Soares, que com sua força, sagacidade e amor me fazem crer que eu posso tudo. Obrigada por ser meu porto seguro, ouvinte e companheiro. Cada dia ao seu lado é uma aventura maravilhosa e encantadora. Gratidão por ser minha dupla na História, na música, no rezo e nas batalhas.

Gostaria de agradecer profundamente à Deus e a espiritualidade que me rege e me acompanha. Gratidão aos Orixás, forças de luz que me sustentam a cada dia. Gratidão ao Xamã e à Egrégora do Klan del Lobo pela firmeza, por cada ensinamento à luz da sagrada medicina da floresta e pela família que me enche de orgulho e amor.

À minha família amada. Meus avós Hilda, Izaias, Stela e Julio, minhas tias e tios Cláudia, Cristiane, Carina, Cleyton, Arilson e Amanda, meus primos Ana Luíza, Cecília, Pablo, Lorenzzo, Diego, Cristhyana e Karoline e muitos outros que enchem a minha vida de amor e esperança. Gratidão por todas as palavras de incentivo e por serem luz na minha jornada. Amo profundamente a cada um de vocês.

À minha orientadora, Ana Flávia Magalhães Pinto, pela força, pelos ensinamentos e pela inspiração. Grande parte da minha vontade de estudar mulheres negras veio da potência que você representa dentro da Universidade de Brasília e da História. Obrigada pela paciência em me ensinar, por acreditar no meu potencial e pela amizade.

Ao meu clube das winx: Banny, João, Larissa e Mariana. Obrigada por seguirem comigo pelos caminhos da História e da vida, por cada momento vivido de alegria, parceria e troca. Aos meus amigos Sara Macedo, William Rodrigues, Gustavo Flôr, Fábio Júnior, Marcos Santos, Bruna Haber, Ana Beatriz Bittencourt, Artur Medeiros, Thiago Alves e muitos outros que guardo no coração. Obrigada por tudo e por tanto.

Aos professores que conheci durante a graduação e que admiro, André Honor e Marcelo Balaban. Agradeço pelas aulas inspiradoras, pelos conselhos e por me ensinarem a ser uma pesquisadora melhor.

Ao cantor e compositor Emicida, cuja música “AmarElo” me levou em frente durante todo esse processo. Eu fui atrás desse diploma com a fúria da beleza do Sol e agora só tenho a agradecer.

Por fim, agradeço e dedico o presente trabalho a todas as mulheres negras que fazem parte da minha ancestralidade e da história brasileira. Que as suas vozes possam ser ouvidas e suas vivências honradas.

O meu muito obrigada a todos que fizeram parte da minha jornada, à Universidade de Brasília que me acolheu e me ensinou e à vida pela oportunidade de aqui estar.

RESUMO

Neste trabalho, busco averiguar os limites e as potencialidades do debate racial em dois periódicos da imprensa feminista e de mulheres negras: *Mulherio* (SP) e *Nzinga Informativo* (RJ), durante a temporalidade da década de 1980. Isso foi feito através da investigação historiográfica conduzida pela análise e cruzamento das fontes documentais e pela pesquisa bibliográfica. Investigando a agenda, motivações e objetivos de ambos os periódicos, realizo a aproximação entre as fontes para averiguar em que medida o debate racial perpassava os veículos da imprensa feminista brasileira. Através de métodos da História Social, busquei evidenciar a pertinência de um olhar interseccional para com a história de mulheres negras, interessada nas dimensões das opressões que as atravessam historicamente. Com a incorporação dessa análise, interessa-me contribuir para os estudos dos movimentos feministas e de mulheres negras, evidenciando a agência de mulheres que não eram vistas como prioritárias na ordem do discurso estabelecida socialmente, culturalmente e politicamente.

Palavras-chave: **Feminismo; Imprensa feminista; Mulheres negras; Debate racial.**

ABSTRACT

In this work, I seek to investigate the limits and potentialities of the racial debate in two periodicals of the feminist and black women's press: *Mulherio* (SP) and *Nzinga Informativo* (RJ), during the temporality of the 1980s. Conducted by the analysis and cross-referencing of documentary sources and bibliographical research. Investigating the agenda, motivations and objectives of both periodicals, I bring the sources together to find out to what extent the racial debate permeated the vehicles of the Brazilian feminist press. Through Social History methods, I sought to highlight the pertinence of an intersectional look at the history of black women, interested in the dimensions of the oppressions that cross them historically. By incorporating this analysis, I am interested in contributing to the studies of feminist and black women's movements, highlighting the agency of women who were not seen as a priority in the socially, culturally and politically established order of discourse.

Keywords: **Feminism; Feminist Press; Black women; Racial debate.**

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – “Equipe do jornal Mulherio em sua segunda fase.” 12

Imagem 2 – “Coluna Negra assinada por Lélia Gonzalez em março/abril de 1982.” 16

Imagem 3 – “Logomarca do periódico.” 20

Imagem 4 – “As mulheres do Nzinga.” 25

Imagem 5 – “Obacy.” 30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1 – TEM MULHERIO NAS BANCAS 4

1.1 Que Mulherio é esse? 5

1.2 A agenda do Mulherio 9

1.3 Lélia Gonzalez no jornal *Mulherio* 13

CAPÍTULO 2 – *NZINGA* E O SEU INFORMATIVO 18

2.1 A relação com o movimento feminista 20

2.2 As pautas do *Nzinga Informativo* 22

CAPÍTULO 3 – MULHERES QUE ESCREVEM, LUTAM E PUBLICAM 32

3.1 Lélia Gonzalez vai à luta! 33

3.2 Os debates sobre a Constituinte 38

CONSIDERAÇÕES FINAIS 41

FONTES 43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu mediante a minha vivência e experiência própria dentro do ambiente acadêmico, contatos com periódicos durante a graduação e conversas inquietantes após as aulas ministradas pela professora e orientadora Ana Flávia Magalhães Pinto. O contato que obtive com o feminismo se deu na Educação Básica, através de professoras e colegas que traziam essas questões para a sala de aula e me mostraram a dimensão política de ser mulher. Porém, me aperceber como uma mulher negra só aconteceu durante a graduação. Além das reflexões promovidas pelas disciplinas cursadas não só dentro do departamento de História como em outras que tive oportunidade de realizar, grande parte desse despertar veio através do projeto de extensão "Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal"[1]. Assim, após pesquisas e reflexões, arbitrariamente escolhi dois periódicos como fonte de uma investigação histórica, que muito me ensinou durante o processo de realização e conclusão da pesquisa. Afinal, pesquisar é se permitir aprender o que não sabia.

Em um primeiro momento, ao escolher o *Mulherio* e o *Nzinga Informativo* como fontes principais para o trabalho, construí uma preconcepção que se provou errônea logo nos primeiros contatos com as fontes. Após muito ler e pensar sobre o silenciamento sofrido pela mulher negra na sociedade brasileira, pensei que iria me deparar com uma total ausência da voz dessas mulheres no jornal *Mulherio*. Porém, muito pelo contrário, elas estavam lá. Permeavam as páginas do periódico tanto com a presença de Lélia Gonzalez quanto de tantas outras formas.

Esse contato foi o suficiente para iniciar um processo profundo de amadurecimento da relação com as fontes e com o tema do trabalho em si. O silenciamento existia, de fato, mas ao tratarmos dessa questão, estamos tocando no cerne de uma matriz narrativa que permeia o social, a cultura e todo o discurso construído dentro da imprensa feminista. Sendo assim, é importante dizer que o processo de silenciamento da mulher negra que ainda tem curso no Brasil impactou largamente as relações entre o movimento feminista e o movimento de mulheres negras desde o surgimento do segundo na arena política. Encontros, articulações, desencontros

[1] O projeto, que contou com a participação de profissionais de várias áreas do conhecimento de dentro e de fora Universidade de Brasília – UnB, procurou evidenciar parte da história da presença negra no Distrito Federal (DF). Orientado por uma perspectiva de liberdade, buscou dar contribuições para uma história antirracista que abordou as trajetórias de vários sujeitos que vieram de todo o Brasil para o Distrito Federal. Em 2019, o projeto realizou uma exposição com fotografias e narrativas históricas no Museu Nacional da República, no Restaurante da UnB e na Câmara Legislativa. Entre novembro de 2020 e maio de 2021, a exposição foi remontada nas paradas de ônibus da Galeria dos Estados, em Brasília.

e conflitos deram o tom das interações entre grupos de mulheres que se perceberam muito diferentes, apesar de alinhados em vários aspectos da luta política feminina.

A partir dessas inquietações e problemáticas, surge o problema de pesquisa acerca dos limites e potencialidades do debate racial dentro do movimento feminista brasileiro, tendo como recorte temporal e especialidade a década de 1980. Pensando o feminismo negro como uma categoria política, o trabalho se relaciona com uma forma de ver o mundo, que gera um debate racial. E, ao aproximar os periódicos *Mulherio* e *Nzinga Informativo*, busquei analisar as práticas narrativas ali mobilizadas e entender de que forma as pretensões de um periódico eram atravessadas pelas existências de sujeitas não-prioritárias no discurso.

Diante disso, é importante historicizar esse processo pois as mulheres que escreviam em ambos os jornais agenciaram essa história e a transversalidade do debate racial mostra a intersecção entre raça e gênero tanto no feminismo tradicional quanto no feminismo negro. Procurei, portanto, dar conhecimento de encontros e desencontros entre mulheres com diferentes origens, vivências e necessidades, mas que construíam narrativas que evidenciavam suas reflexões e anseios.

Dessa maneira, o trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro, discuto as origens e pretensões do periódico *Mulherio*, de São Paulo. Apresento a agenda do periódico, bem como suas fases e pontos mais abordados. Além disso, são feitas discussões acerca da contribuição de Lélia Gonzalez para com o periódico, através de uma coluna empreendida no início da década de 1980.

No segundo capítulo, a análise é empreendida sobre o *Nzinga Informativo*, do Rio de Janeiro, em que apresento também a sua origem, agenda e pretensões. Também é abordada a relação com o movimento feminista, em que aparece novamente a atuação de Lélia Gonzalez, visto que foi uma das fundadoras do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras e do periódico em questão. Argumento ainda com relação ao olhar para com as fontes, visto que as pautas que o *Nzinga Informativo* veio a contemplar estavam orientadas pela perspectiva de que a sociedade brasileira era historicamente constituída por múltiplas violências que atravessavam a experiência das mulheres e em especial das mulheres negras.

No terceiro capítulo, realizo a aproximação direta entre ambos os periódicos, considerando a sincronicidade entre eles. Assim, problematizo questões que permeavam as vivências diferentes das mulheres que escreviam em suas páginas. Para isso, são colocadas em pauta as contribuições dadas por Lélia Gonzalez no *Mulherio* e no *Nzinga Informativo*, visto que suas palavras nos serviram como ponte entre dois periódicos tão diferentes em vários

aspectos. Por fim, uma discussão é feita acerca da mobilização das mulheres em prol da nova Constituinte, que estava inserida nas preocupações em torno da cidadania e autonomia e estamparam páginas de ambos os periódicos.

Os capítulos demonstram os caminhos de pesquisa realizados, visto que os periódicos são analisados primeiro em suas individualidades, para que depois o cruzamento entre as fontes se concretizasse de fato. Porém, as discussões acerca da transversalidade do debate racial não se restringiram ao terceiro capítulo, permeando também os dois primeiros, juntamente com a análise dos periódicos. Sendo assim, a investigação é feita com o objetivo de demonstrar como incorporar uma postura crítica diante de explicações generalizantes sobre mulheres pode ser de grande pertinência para a História Social.

CAPÍTULO 1 - TEM MULHERIO NAS BANCAS

Foi no primeiro ano de existência do jornal *Mulherio*, em seu terceiro número, datado de setembro e outubro de 1981, que Lélia Gonzalez publicou o artigo intitulado "Mulher Negra". Ocupando a oitava página, a pesquisadora e ativista revelou números alarmantes acerca da situação de desigualdade em que viviam as mulheres negras brasileiras, tanto em comparação aos homens quanto às mulheres brancas. Os números foram acompanhados por reflexões que colocavam em xeque a construção da sociedade, das lutas políticas e dos movimentos sociais de diversas maneiras.

No início do texto, o que se vê é uma discussão acerca das dificuldades do movimento negro, em que Gonzalez ressalta alguns questionamentos que estavam circulando naquele contexto, dizendo:

> Não faz muito tempo, ouvimos, de pessoas respeitabilíssimas, a afirmação de que o movimento de mulheres é melhor organizado e mais avançado que o movimento negro. Até que a gente não discorda, já que se trata de uma verdade. No entanto, o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. E isto sem deixar de considerar as dificuldades enfrentadas pelo movimento de mulheres, dados os diferentes níveis de oposição e resistência que visam, no mínimo, neutralizá-lo. No entanto, o mulherio tem ido à luta e conquistado espaços que, hoje, são definitivamente seus. Que se pense, a partir daí, nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro e, sobretudo, por um movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual. Em consequência, ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está[2].

Mencionando as raízes do movimento feminista na classe média branca, podemos observar dentro da narrativa mobilizada por Lélia Gonzalez uma crítica ao movimento feminista, que demonstra a diferença entre lugares sociais de onde partem o movimento feminista e o movimento de mulheres negras. Ao alocar as maiores possibilidades de acesso e de sucesso educacionais, profissionais, financeiros e de prestígio no movimento feminista por causa de suas raízes, Gonzalez evidencia o círculo vicioso de não direitos, silenciamento,

[2] GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. **Mulherio**, São Paulo, n.3, set./out. 1981, p.8

invisibilidade, não participação igualitária na vida pública e não desenvolvimento das habilidades argumentativas vivenciado pelas mulheres negras. Lélia afirmava-se, então, como uma ativista negra brasileira que questionava e busca romper com essa divisão de lugares, como pontua a pesquisadora Pâmela Guimarães da Silva no artigo "Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal 'Mulherio'"[3].

Nesse artigo, Silva afirma que o distanciamento do movimento de mulheres negras do movimento feminista é muito maior do que do movimento negro. Isso se dá, em sua visão, em decorrência do cenário político e econômico da ditadura militar, mais especificamente durante o chamado "milagre econômico". Diante disso, afirma que as pessoas negras, de forma geral, vivenciavam a raça e a classe de forma próxima[4]. São questões que permeiam a vivência e atuação de mulheres durante o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, isto é, a década de 1980. Ao dialogar com as fontes dos periódicos *Mulherio* e *Nzinga Informativo*, busco evidenciar a transversalidade do debate racial no movimento feminista brasileiro da época.

Sendo assim, ressalto que, ao aproximar os dois periódicos – ambos relevantes para a construção dos movimentos feminista e de mulheres negras – em uma análise historiográfica, procuro evidenciar a agência de mulheres em prol de seus direitos. Evidenciar a mobilização feminina que, mesmo em face de contextos de opressão, foi capaz de promover debates e resoluções em torno das questões que envolviam ser mulher na sociedade brasileira. Para além disso, procuro dar conhecimento de uma série de encontros e desencontros entre mulheres com diferentes origens, vivências e necessidades, mas que buscavam construir uma sociedade mais igualitária e para isso construíam narrativas e publicavam suas reflexões e anseios, transformando os periódicos em verdadeiras rodas de conversa e palanques políticos, para que pudessem materializar suas vozes.

1.1 QUE MULHERIO É ESSE?

> Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, "gostosura". Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? [...] Mulherio, por sua vez, nada mais é do que "as mulheres" ou "uma grande porção de mulheres". É o que somos, é o que este jornal será[5].

[3] SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal "Mulherio". **Revista Dispositiva**, v. 9, n. 15, p. 194-214, jan/jul, 2020, p. 197.
[4] Idem, Ibidem, p. 196
[5] BORGES, Adélia. Por que Mulherio? **Mulherio**, São Paulo, n.0, mar./abr. 1981, p.1

Em 1981, na cidade de São Paulo, nascia o jornal *Mulherio*. Fruto da formação do Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas, foi, como produto cultural, a representação da mobilização do feminismo acadêmico. O mais duradouro dentre os jornais feministas das décadas de 1970 e 1980, circulou entre 1981 e 1988, e trouxe para suas páginas os debates sobre temas da agenda feminista, o declínio do regime ditatorial, a candidatura de mulheres ao Legislativo, a composição e as decisões da Assembleia Constituinte, entre outros[6]. Dentro do contexto do movimento feminista, ao qual retornarei mais à frente neste capítulo, o jornal *Mulherio* se constituiu como potente porta-voz da condição da mulher na sociedade brasileira. Suas páginas servem como espaço singular para a identificação de como as mulheres colocavam sua experiência a serviço da luta pelo fim da opressão patriarcal, onde silenciamentos e ausência de direitos vigoravam no âmbito político e social.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é, compreendendo os periódicos como elaborações sociais localizadas no tempo e no espaço, averiguar as pretensões do jornal *Mulherio* no momento de sua formação e como essas pretensões foram atravessadas pelas existências de sujeitas não-prioritárias que reivindicavam presença naquele momento. Para isso, alio as publicações das mulheres no periódico com a pesquisa bibliográfica, promovendo um diálogo em busca de historicizar essa agência feminina. Com isso, busco preencher ainda que parcialmente uma lacuna historiográfica que faz com que, mesmo em face da larga produção existente acerca das questões de gênero que envolviam a existência de mulheres no Brasil dos anos 1980, permaneça sendo necessário se averiguar a movimentação do debate racial entre os grupos políticos de mulheres.

Situado entre os jornais da imprensa feminista, *Mulherio* nasceu em um contexto de mobilização como um espaço de resistência e luta das mulheres, juntamente com outros jornais que vão permear esses espaços, como o *Brasil Mulher* (1975-1979) e o *Nós Mulheres* (1976-1978). Segundo a pesquisadora Karina Woitowicz, o feminismo que ressurge na década de 1970 é inserido no período mais radical contra a ditadura militar brasileira. Em 1975, vários grupos de consciência surgem devido ao estímulo dado pela instituição do Dia Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, após reuniões que aconteceram tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, foram criados o Centro da Mulher Brasileira (Rio) e o

[6] CF. FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (São Paulo). Mais à frente no tempo, em 1979, a autora informa sobre a realização do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres e, na década de 1980, dezenas de grupos feministas já existiam por todo o país[7].

Ainda segundo Karina Woitowicz, "é a partir da necessidade de instaurar o diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista busca seu fortalecimento e representatividade, organizando-se de forma mais sistemática, levantando bandeiras específicas e se somando à resistência à ditadura militar"[8]. As publicações feministas se inserem nesses esforços, criando um discurso próprio a partir das experiências dos grupos e da necessidade de questionar a sociedade e promover mudanças. Woitowicz revela que as feministas que participavam dos periódicos já citados eram majoritariamente militantes oriundas da esquerda, revelando um caráter de dupla militância nos jornais. Dessa forma, debates sobre a igualdade, questões de classe e as lutas pelas causas democráticas, que envolvem homens e mulheres, muitas vezes davam a tônica dos jornais.

Os jornais que foram analisados mais a fundo no trabalho da autora citada são o *Brasil Mulher* (1975-1979) e o *Nós Mulheres* (1976-1978), sobre os quais a autora destaca que "se assemelham em sua orientação política, tentando conciliar as lutas gerais e específicas que marcaram a trajetória do feminismo como um movimento social que se consolida em um período de crise política"[9]. Além disso, destaca-se que existia entre os jornais da imprensa alternativa, um esforço mútuo de fortalecer esses espaços, como por exemplo por meio de campanhas de apoio e propagandas. O *Mulherio*, diferentemente dos dois jornais previamente citados, teve sua criação num momento de maior abertura política ao diálogo sobre questões específicas das mulheres mesmo que ainda no contexto ditatorial, pois, apesar da censura imposta pelo governo militar, a manifestação de ideias por este e outros jornais não foi completamente silenciada.

Durante o Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil[10], realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1981, Adélia Borges, jornalista responsável pelo jornal *Mulherio*, explicou em sua fala como funcionava a linha editorial do periódico:

---

[7] WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, 2014, p. 106.
[8] Idem, Ibidem, p. 107.
[9] WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 11, n. 1, 2014, p. 112.
[10] As falas proferidas durante o encontro foram transcritas no livro: PROJETO-MULHER. **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

> O jornal não é ligado a nenhum grupo feminista em particular. Ele tem um Conselho editorial formado por mulheres de vários grupos. Uma pertence à Frente, outras à Associação de Mulheres e outras ao grupo NÓS MULHERES. [...] Então, ele não é ligado a nenhum grupo feminista especificamente, mas procura refletir o debate, a riqueza, a diversidade de todos os grupos[11].

É possível identificar a concordância entre a fala supracitada e a publicação da mesma autora ao expor os ideais do periódico, expressos na edição de número zero, em que ela afirma:

> A pauta do jornal e seus rumos são definidos pelo nosso Conselho Editorial, composto por 16 mulheres que têm batalhado pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes. [...] Em sua primeira reunião, realizada aqui na Fundação Carlos Chagas no dia 4 de fevereiro, o Conselho decidiu que Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições[12].

Era evidente a intenção do periódico de manter uma postura aberta com relação aos variados grupos que compunham o movimento de mulheres brasileiro. Tal atitude foi continuada durante os anos seguintes, quando o *Mulherio* se estabeleceu como um importante veículo de comunicação nos anos iniciais da redemocratização do Brasil, como aponta a pesquisadora Viviane Gonçalves Freitas[13]. Sobre o contexto e a agenda do jornal, essa pesquisadora elucida que a formação do Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, como uma mobilização do feminismo acadêmico, inseriu o *Mulherio* em um contexto distinto dos anteriores, ou seja, um contexto de:

> Tendência à especialização dos movimentos feministas, desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; criação de conselhos da condição feminina e de delegacias próprias com foco na violência contra mulheres; reconhecimento governamental de que a saúde da mulher requeria atenção especializada, e extinção da tutela masculina na sociedade conjugal[14].

---

[11] BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. In: PROJETO-MULHER. **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 23.

[12] BORGES, Adélia. Nossa pauta. **Mulherio**, São Paulo, n.0, mar./abr. 1981, p.1

[13] FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 132.

[14] FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, pp. 93-94.

O projeto foi financiado até 1988 pela Fundação Ford, porém, se desvinculou da Fundação Carlos Chagas em 1983[15]. A postura plural adotada pelo Conselho Editorial do *Mulherio* foi, segundo as autoras consultadas, uma iniciativa oportuna, por responder algumas indagações sobre as atualidades do feminismo na época. Isso se deu em virtude da divisão do movimento de mulheres, após o II Congresso da Mulher Paulista, em São Paulo, no ano de 1980, que se vinculou à entrada dos partidos políticos legais (PMDB e PT) e clandestinos (PCdoB, PCB e MR-8) na disputa pela hegemonia do movimento. Dentro do contexto, a agenda de reivindicações específicas das mulheres era considerada menor em face da busca pela construção de uma nova sociedade[16]. Em um contexto de efervescência política em prol do retorno da democracia no país, é possível acompanhar, através dos periódicos utilizados como fonte e objeto do presente trabalho, a movimentação no interior do movimento feminista dos valores e ideais pensados pelas mulheres brasileiras para a construção desse futuro.

1.2 A AGENDA DO MULHERIO

Antes de adentrar os temas abordados pelo periódico, vale tecer algumas considerações sobre o movimento feminista e sua história em solo brasileiro, a fim de contextualizar as fontes do presente trabalho e elucidar algumas questões teórico-metodológicas expressas nos jornais. A pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto, em seu artigo "Feminismo, História e Poder" elucida que durante o período compreendido como a história ocidental, sempre existiram mulheres que lutaram contra sua condição subalterna, lutaram por liberdade e largamente pagaram com suas próprias vidas. A denominada como primeira onda do feminismo, no entanto, se deu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres se organizaram para lutar pelos seus direitos, sendo o direito ao voto o primeiro a se popularizar[17].

No Brasil do início do século XX, as sufragistas, como eram chamadas, foram lideradas por Bertha Lutz[18], uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, apesar do debate sobre o voto feminino já ter

[15] Idem, Ibidem, p. 95.
[16] Idem, Ibidem, p. 96.
[17] PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
[18] Bertha Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas. Fonte: Bertha Lutz. **Senado Notícias**, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em março de 2021.

se iniciado no século XIX. Além disso, a autora citada chama a atenção para o movimento das operárias de ideologia anarquista, também expresso durante a primeira onda. Entretanto, esse feminismo inicial perde força nos anos 1930 e só aparece com importância novamente em 1960. Em meio a esses trinta anos, foi publicado pela primeira vez em 1949 o livro que marcaria a nova onda do feminismo: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em que a autora estabelece a máxima: "não se nasce mulher, se torna mulher"[19].

A década de 1960 é importante para o mundo ocidental e no Brasil, ocorreu um diálogo dinâmico em relação ao resto do mundo. Em 1964 foi promovido o golpe militar, que transformaria o Brasil de 1968 em uma ditadura rigorosa, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Em meio a um contexto de forte repressão à luta política legal, acontecem as manifestações feministas na década de 1970. Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, foi lançado o Movimento Feminino pela Anistia, muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979. Esses são exemplos de mobilizações feitas pelas mulheres que aqui residiam, porém, as exiladas passaram a ter na mesma época contato com o feminismo europeu, principalmente em Paris, e promoviam o intercâmbio de ideias e perspectivas[20].

A redemocratização nos anos 1980 promoveu uma grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres, processo em que se insere o jornal *Mulherio* e muitos outros do período. Para tratar da agenda do periódico, diálogo com as palavras de Viviane Gonçalves Freitas, em seu artigo "O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista"[21], além do que se encontra expresso nas fontes. Sendo assim, a autora citada ressalta que a trajetória do jornal se divide em três fases. A primeira, de março/abril de 1981 a setembro/outubro de 1983, compreende 16 publicações com periodicidade bimestral. Teve como responsável pelo projeto a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e como editora, a jornalista Adélia Borges.

---

[19] Idem, Ibidem.
[20] Idem, Ibidem.
[21] FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, pp. 149-166, 2014.

> Entre os objetivos dessa fase, além do papel de intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados para o estudo da condição feminina no Brasil, estavam ser um canal de troca de experiências e de apresentação de resultados de pesquisas a fim de orientar os trabalhos dos diversos núcleos organizados de mulheres que surgiam no país à época; e um veículo que abordasse de modo sistemático, aprofundado e abrangente todos os problemas que afetavam a mulher brasileira[22].

A segunda fase do jornal compreendeu o período de maio/junho de 1984 a abril/maio de 1988. O *Mulherio* perdeu apoio financeiro institucional por ser um dos projetos da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, e possuir tempo limitado para sua execução. Assim, após uma pausa de sete meses que aconteceu em setembro/outubro de 1983, o periódico voltou a circular mantendo a periodicidade bimestral, sendo publicados 24 números durante essa fase. Nessa segunda fase, a proposta do jornal era de continuar sendo "um ponto de informação, reflexão e debate sobre a mulher brasileira"[23] para mulheres e homens de todos os estados do país. Além disso, o periódico buscava se colocar como um contraponto aos outros órgãos da imprensa, pela forma com que tratavam a mulher:

> As revistas masculinas mostram a gente nua; as revistas femininas, de avental; os jornais diários, no mais das vezes, nos reduzem à total invisibilidade (a menos que sejamos 'estrelas'). E a mulher real, onde é que está? Aquela que usa avental e também fica nua? Aquela que está buscando conciliar o avental com a cama, a vida em casa com as exigências da profissionalização, tudo isso junto com a dura barra de sobrevivência que todos nós, mulheres e homens, e mais as mulheres que os homens, estamos enfrentando neste Brasil de hoje de inflação a 240%, e ainda por cima sem as diretas já? Essa mulher real, mulher em transformação, em movimento, estava em Mulherio[24].

Assim, a constituição do Núcleo de Comunicações Mulherio ficava, nesse momento, responsável pela publicação do jornal que apresentava uma nova proposta: a de ter, sempre que possível, o contraponto do homem às experiências femininas. Segundo Freitas[25], essa nova linha editorial vincula-se à crise do feminismo e, além disso, vale ressaltar que após a desvinculação do grupo do jornal da Fundação Carlos Chagas, o apoio da Fundação Ford não era suficiente para suprir os gastos com a publicação, fazendo com que o jornal abrisse mais espaço para anúncios e adotasse um intervalo maior entre as edições – por causa disso, a periodicidade do jornal em 1986 ficou comprometida. Ademais, "assuntos relacionados à

---

[22] FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, p. 160.
[23] BORGES, Adélia. Em busca de um espelho real. **Mulherio**, São Paulo, n.16, mai./jun. 1984, p.2
[24] BORGES, Adélia. Em busca de um espelho real. **Mulherio**, São Paulo, n.16, mai./jun. 1984, p.2
[25] FREITAS, Viviane Gonçalves, op. cit. 2014.

cultura, como música, arte, cinema e literatura, ganharam mais espaço do que na fase anterior”[26].

Imagem 1 – Equipe do jornal *Mulherio* em sua segunda fase[27].

A terceira e última fase do jornal diz respeito ao período a partir de junho e julho de 1988, quando o *Mulherio* passou a circular com o nome *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*, mudança que também alterou a agenda da publicação, adquirindo caráter diferenciado, por dar atenção quase que exclusiva a temas de fundo cultural, como o entretenimento popular. Freitas informa que o apoio financeiro da Fundação Ford já havia terminado, com isso, o jornal passou a ser uma revista de arte e ideias, editada por dois homens, o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz, sendo que a jornalista Inês Castilho continuou na equipe[28].

---

[26] FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, p. 161.
[27] Imagem retirada do jornal Mulherio. Fonte: **Mulherio**, São Paulo, n.16, mai./jun. 1984, p.2
[28] FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, p. 162.

Independentemente da fase que experenciava, é possível elencar uma característica que permeava a agenda do *Mulherio* como um todo: a de ser porta voz da experiência das mulheres brasileiras. Com uma postura autônoma e desvinculada de grupos específicos, a equipe do jornal elaborou intelectualmente as práticas narrativas que procuro historicizar no presente trabalho. Cabe compreender, por conseguinte, a forma como o periódico recepcionou a atuação de sujeitas não prioritárias em suas páginas, retomando para isso a mobilização de Lélia Gonzales em uma coluna do jornal, expressa no início do presente capítulo.

1.3 LÉLIA GONZALEZ NO JORNAL *MULHERIO*

Lélia Gonzalez, nascida no dia 1º de fevereiro de 1935 em Belo Horizonte, foi a 17ª filha do casal Urcinda Serafim de Almeida e Acácio Joaquim de Almeida. A mãe, uma trabalhadora doméstica de ascendência indígena e o pai, um trabalhador ferroviário negro. Um de seus irmãos mais velhos, Jaime, jogava no time do Atlético Mineiro e levou toda a família para o Rio de Janeiro após a perda do pai e um convite para que jogasse no Clube Regatas Flamengo, quando Lélia estava com sete anos[29].

A partir daí, ela teve acesso a uma trajetória escolar pouco comum às meninas e jovens negras das classes populares de sua época. Nos anos 1950, Lélia optou pelo curso de História e Geografia da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), para depois cursar Filosofia na mesma instituição. Conforme o movimento negro contemporâneo foi se organizando, Lélia Gonzalez se inseriu nas organizações e foi participante e protagonista da afirmação do movimento das mulheres negras. Dentro desse contexto, abrangendo as décadas de 1970 e 80, a ativista iniciou suas participações e publicações em periódicos, além de participar de eventos nacionais e internacionais abordando a situação da mulher negra, diante da combinação entre racismo e sexismo.

Nesse momento, Gonzalez se define como uma "intelectual orgânica", como assim se expressa:

> No meu caso, fiz um tipo de escolha, que foi a militância de rua, participando de organizações negras, de seminários, na medida em que nós, os intelectuais negros orgânicos somos tão poucos, realmente existe um grande leque de atividades para poder responder às exigências que nos são colocadas. E, ao mesmo tempo, existe uma

[29] Essas e as informações do parágrafo subsequente sobre a ativista foram retiradas do artigo: RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, v. 9, 2010.

> militância, no nível do movimento (negro), que, a meu ver, é de uma grande importância de atuação nos meios não negros. Em nível da produção intelectual de um trabalho que desenvolvo numa universidade, uma militância que se revela extremamente gratificante inclusive, sob certos aspectos, embora muito doída porque é muito fácil você se fechar num canto e ficar discutindo internamente — isso não só em relação ao movimento negro, mas o movimento de mulheres, etc. — a grande questão é sair prá rua, ir se defrontar com o outro"[30].

Assim, a ativista mineira atuou de diversas formas dentro dos movimentos sociais que ressurgiam no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, principalmente dos movimentos negro e feminista. No entanto, meu objeto dentro desse capítulo é a sua atuação no jornal *Mulherio*, onde Gonzalez era a única mulher negra a participar do Conselho Editorial e assinava a coluna *Negra*, composta por cinco artigos que veicularam entre 1981 e 1982[31].

O jornalismo feito por Gonzalez era repleto de abordagens historiográficas e críticas políticas, sintonizado, portanto, com sua formação acadêmica e forma de ativismo. Nos tempos de luta pelo retorno da democracia, a ativista vai às páginas do *Mulherio* para falar de um conceito largamente empregado para definir as relações raciais do Brasil à época, o de democracia racial. Com um artigo intitulado "Democracia racial? Nada disso!", a intelectual ativista busca, através de um breve exame do desenvolvimento histórico das relações raciais, evidenciar a verdadeira natureza da estrutura social, cultural e política do Brasil: a de que "o racismo e a discriminação racial são coisas bem concretas e responsáveis por desigualdades terríveis, que vão desde o salário que a gente ganha até os problemas de nossa estrutura familiar"[32].

Tematizando a desvalorização das mulheres negras e de seus trabalhos, Gonzalez tem uma atuação significativa, além da relevância de uma mulher negra fazer parte de um periódico de destaque. Assim, a voz da ativista atravessa o jornal *Mulherio* na medida em que, ao mesmo tempo em que realiza uma contextualização da situação da mulher negra, também expõe as condições de produção, de circulação e de interpretação do jornal, mostrando como os problemas sociais da época deixam ver os obstáculos para o ingresso de mulheres negras na

---

[30] GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. **Revista Uapê – Revista de Cultura**. no. 2. 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo SEAF, 1985), apud RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, v. 9, 2010.

[31] SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal "Mulherio". **Revista Dispositiva**, v. 9, n. 15, p. 194-214, jan/jul, 2020.

[32] GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso! **Mulherio**, São Paulo, n.4, nov./dez. 1981, p.3

ordem do discurso. Além disso, quais elementos sociais tornaram esses discursos marginais ou contra-hegemônicos[33].

Na coluna citada, sendo esta a segunda das cinco participações de Gonzalez no *Mulherio*, a abordagem histórica evidencia uma desvalorização do trabalho da mulher negra desde os tempos escravistas, pensamento que vai ser encadeado na próxima coluna, intitulada "De Palmares às escolas de samba, tamos aí". Debatendo a contribuição que a gente negra deu e estava dando para a história e para a cultura do país, a autora relembra certas datas importantes, revelando a invisibilidade a que as classes populares, as mulheres, os negros e os indígenas são submetidas no fazer histórico tradicional. A autora diz que além do não reconhecimento, existe o processo de folclorizar essa contribuição, então questiona:

> E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir esse país. A essa mentira tripla dá-se o nome de: sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que tentar mostrar que a coisa não é bem assim, né?[34]

Os problemas haviam sido nomeados: sexismo, racismo, elitismo. Podemos perceber que Lélia Gonzalez operava com a chave da intersecção[35], evidenciando o jogo de invisibilidades que subalterniza o lugar da mulher negra. Em sua penúltima participação através da coluna Negra, a autora fala sobre a criação do bloco Ilê Aiyê, em Salvador, na Bahia. Ela evidencia com isso todo um debate sobre o machismo racista que massacra e inferioriza a mulher negra com seus valores estéticos eurocêntricos. É um espaço de questionamento que surge dentro do *Mulherio*, mas não podemos nos enganar pensando que fora cedido como uma espécie de atitude paternalista.

Era momento de mobilização e organização das mulheres negras, que terão como um dos frutos vários veículos de informação e transmissão de seus pensamentos e lutas, como o caso do periódico *Nzinga Informativo*, também tema desta pesquisa. Diante disso, as sujeitas históricas que não eram prioritárias na ordem do discurso, conquistaram seus espaços mediante

---

[33] SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal "Mulherio". **Revista Dispositiva**, v. 9, n. 15, p. 194-214, jan/jul, 2020.

[34] GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, tamos aí. **Mulherio**, São Paulo, n.5, jan./fev. 1982, p.3

[35] O conceito de interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, cunhado por feministas negras cujas experiências eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista. Com isso, visa dar instrumentalidade teórico-metodológica ao cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe em que mulheres negras são atingidas. Conferir AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

luta e afirmação de suas existências, demonstrando que sua caminhada histórica havia sido outra e precisava ser contemplada no cenário público.

As questões relacionadas ao cruzamento de pautas e agendas entre o movimento feminista e o movimento de mulheres negras serão delineadas no terceiro capítulo, através do diálogo historiográfico que busco promover ao cruzar *Mulherio* e *Nzinga Informativo*. Sendo assim, apesar da coluna conduzida por Lélia Gonzalez existir no início da década de 1980, o foco do nosso exercício comparativo será os anos de 1985 a 1988, ou seja, período de existência mútua de ambos os jornais.

Liberdade é o nome do maior bairro negro de Salvador. E, se a gente leva em conta que Salvador é uma cidade cuja população é majoritariamente negra, pode-se imaginar o que seja a Liberdade, como dizem os baianos. Existe aí uma rua, que é o coração do bairro, mas que ninguém chama de rua e sim de a Curuzu. Se alguém quiser sacar de negritude em Salvador, tem de dar uma chegada no Curuzu, sentar e tomar uma cerveja geladinha no Kizumbar de Arany e do Jaime (sem contar com a comida deliciosa), engrenar um papo e ficar vendo a negadinha passar.

É um desfile de beleza, elegância e soltura que dá gosto. Mulheres e homens, jovens e velhos, crianças e adultos, com aquele jeito gostoso de falar ("digai prela"), aquela hospitalidade, aquele clima espontaneamente edutor, fazem com que pinte na gente uma vontade danada de ficar por ali mesmo, de sentar praça na Liberdade e viver seu cotidiano negroafricano. É aí que vem à tona uma saudade da Mãe África dos mercados vibrantes de vida e colorido, de alegria e receptividade. Afrobahia. Força de orixá pulsando dentro da gente...

Beleza negra, ou: ora-yê-yê-ô!

Lélia Gonzalez

Imagem 2 – Coluna Negra assinada por Lélia Gonzalez em março/abril de 1982[36]

A última participação de Lélia Gonzalez com a coluna Negra no jornal *Mulherio* se deu na edição de maio/junho de 1982. Logo no início, a autora nos deixa a seguinte afirmação: "Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual)"[37]. Ao escrever essa coluna, ela divulgou informações sobre o lugar das mulheres negras no mercado de trabalho formal e informal, expondo o racismo e o sexismo vigentes na ordem social[38]. Percebemos que o processo de expor diferentes faces da opressão sofrida pelas mulheres negras se estabelece como uma forma de não só afirmar autonomia por meio da

[36] Imagem retirada do jornal Mulherio. Fonte: **Mulherio**, São Paulo, n.6, mar./abr. 1982, p.3

[37] GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? **Mulherio**, São Paulo, n.7A, mai./jun. 1982, p.9

[38] SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal "Mulherio". **Revista Dispositiva**, v. 9, n. 15, p. 194-214, jan/jul, 2020.

verbalização das ações, intensões, desejos e necessidades, mas de questionar a própria fundamentação do movimento feminista brasileiro.

Os jornais da imprensa feminista tiveram sua razão de ser justamente em sua organização em prol da igualdade de gênero, além da luta pelo retorno da democracia. Porém, cabe ainda averiguar quais os choques específicos que existiam entre as agendas e anseios das mulheres brancas e das mulheres negras e se são perceptíveis nas páginas dos jornais objetos desse estudo. Um dos palcos dessa discussão será o contexto da elaboração da Constituinte, em vias do final da década de 1980, elementos discutidos nos capítulos posteriores.

De toda forma, percebemos que o jornal *Mulherio* manteve uma postura aberta e plural, permitindo que várias vozes – de mulheres e homens também – se manifestassem em suas páginas e colocassem em xeque a construção da sociedade e por vezes a própria estruturação do jornal. Foi de fato um esforço ímpar do conjunto de mulheres que manteve o periódico de pé por tanto tempo, dando a oportunidade tanto para os leitores da época de ouvirem essas vozes, quanto para nós, os pesquisadores do futuro, de estudarmos esses registros para incorporar novas perspectivas ao largo campo da História e, assim, dar a nossa contribuição para o entendimento das ações empreendidas por essas sujeitas.

É importante ressaltar, no entanto, que as questões envolvendo as mulheres negras perpassaram também as páginas de outros periódicos e foram feitas através das vozes de outras sujeitas além de Lélia Gonzalez. Porém, a participação de Gonzalez no *Mulherio* é local privilegiado de investigação visto que o presente trabalho busca fazer o cruzamento entre este periódico e o *Nzinga Informativo*, periódico fundado por um conjunto de mulheres do qual ela fazia parte, a ser explorado no próximo capítulo. Diante disso, a coluna empreendida por Lélia Gonzalez no *Mulherio* serve como ponte que conecta ambos os periódicos e possibilitará o enriquecimento do nosso debate, se tratando então de uma escolha metodológica de manuseio das fontes selecionadas para o trabalho.

CAPÍTULO 2 – *NZINGA* E O SEU INFORMATIVO

A navegação pelos mares da imprensa feminista agora desembarca no *Nzinga Informativo*, fruto do Coletivo de Mulheres Negras de mesmo nome, lançado no Rio de Janeiro em junho de 1985. Com um formato diferente do que estava sendo aqui analisado, o primeiro número do periódico é dedicado, entre outros fatores, à exposição das motivações, objetivos e estruturas que seriam desenvolvidas pela equipe. Tendo isso em mente, no número citado lê-se o seguinte:

> Um COLETIVO, porque acreditamos que as decisões devem ser tomadas em conjunto, devem ser o resultado das discussões, devem refletir a diversidade de opiniões. Um COLETIVO DE MULHERES, porque enquanto mulheres participamos da luta contra todas as violências praticadas contra a MULHER [...]. Um COLETIVO DE MULHERES NEGRAS, porque aí se encontra a nossa especificidade, a nossa diferença. Por sermos MULHERES, pensamos, agimos, sentimos diferentes dos homens. Sendo NEGRAS, herdeiras em maior ou menos grau da cultura africana, temos um modo de sentir, agir pensar diferentes das mulheres não negras. [...] Um COLETIVO DE MULHERES NEGRAS de nome NZINGA, porque queríamos reverenciar uma rainha angolana que viveu entre 1582-1663, e dedicou sua vida à luta contra o colonialismo português em Angola[39].

O trecho nos leva à inúmeras questões relacionadas ao que significava ser mulher negra no Brasil daquele contexto. Quais elementos podem chegar até nós através desse periódico? O que o cruzamento entre dois periódicos diferentes, de cidades diferentes e com propostas diferentes pode nos dizer com relação à transversalidade do debate racial? Essas são algumas das perguntas que nortearão esse capítulo e o subsequente, para que, através do *Mulherio* e do *Nzinga Informativo*, possamos tecer as nossas contribuições ao campo da História Social do Brasil atento aos atravessamentos de raça e gênero.

Logo que começam a explicar seus motivos para com o projeto, as mulheres informam que por serem negras, possuem um modo de sentir, agir e pensar diferentes das não negras. Traçando um paralelo com o movimento feminista construído pelas mulheres do *Mulherio*, que buscava ser plural, percebo que a evidência dada à essa ocorrência encontra o pensamento da pesquisadora Viviane Gonçalves Freitas quando diz que "assim como Sojourner Truth, Angela

[39] **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, junho 1985.

Davis e bell hooks, mulheres negras brasileiras não se sentiam contempladas pelo feminismo norte-global que era difundido por mulheres brancas e proprietárias, em diferentes épocas"[40].

Diante disso, a importante tradição intelectual de mulheres negras brasileiras que surge nos anos 1970 e 1980, permeada por obras de Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros, Fátima Oliveira, entre outras, foi fundamental para a formação do pensamento e da teoria do feminismo negro no Brasil, segundo a mesma autora. Freitas ainda nos informa que várias integrantes dos movimentos de mulheres negras começaram sua militância no movimento negro brasileiro, como era o caso do Movimento Negro Unificado (MNU). Essas são informações valiosas para aprimorar nossa visão com relação ao periódico, pois entender o caminho da militância dessas mulheres até chegarem nas páginas do *Nzinga Informativo*, é compreender o feminismo que estavam buscando construir naquele momento, e quais questões estavam pulsando para que isso se concretizasse.

O periódico veio a público em 1985, ano adotado como sendo o fim oficial do regime militar, tendo em vista que a Presidência da República passou a ser comandada por um político civil, e não por integrantes das forças armadas, como estava acontecendo desde o golpe de 1964[41]. Além disso, no mesmo contexto estava presente a adoção do pluripartidarismo, que permitiu que os movimentos sociais e partidos de oposição lançassem candidaturas que pudessem alavancar suas agendas[42]. O Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, no entanto, foi fundado antes do periódico, em 16 de junho de 1983, na zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo Viviane Freitas, as fundadoras e principais participantes do coletivo eram originárias principalmente do movimento de favelas e do movimento negro: Lélia Gonzalez, Elizabeth Viana, Rosália Lemos, Jurema Batista, Geralda Alcântara, Miramar da Costa Correia, Sonia C. da Silva, Sandra Helena, Bernadete Veiga de Souza, Victoria Mary dos Santos, entre outras[43].

Como podemos perceber na fonte citada ao início do capítulo, o nome provém de uma preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana. A pesquisadora citada ainda nos elucida com relação às referências simbólicas nas cores da logomarca adotada pelo grupo, que faziam "alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos

---

[40] FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 103.
[41] RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018.
[42] FREITAS, Viviane Gonçalves. Opt. cit., 2017, p. 105.
[43] *Ibidem*, p. 106

movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres”[44]. Além disso, o pássaro presente na logomarca significava a ancestralidade feminina, na tradição nagô. Sendo assim, o objetivo do presente capítulo é de evidenciar a perspectiva do *Nzinga Informativo*, como já foi feito com o *Mulherio* no capítulo anterior.

Imagem 3 – Logomarca do periódico[45]

2.1 A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO FEMINISTA

Tanto o coletivo quanto o periódico, como é possível perceber, aglutinavam as lideranças que estavam buscando construir uma agenda política referente aos direitos das mulheres negras. A participação dessas mulheres na sociedade civil acontecia das mais variadas formas, inclusive permeando as páginas de outros periódicos. As pesquisadoras Flávia Rios e Viviane Gonçalves Freitas, no artigo “Nzinga Informativo: Redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro”, trazem a público que o jornal *Nêgo*, advindo da imprensa negra e publicado em Salvador, Bahia, pelo Movimento Negro Unificado (MNU), convocava seus leitores para o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, que ocorreu em 1981. Esse encontro foi acompanhado por outros que ocorreram em todo país até culminar no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em dezembro de 1988, que aconteceu na cidade de Valença (RJ)[46].

A construção da agenda política do nascente feminismo negro brasileiro não foi e não pode ser retratada como uma luta sem precedentes, ignorando a intensa articulação política de mulheres negras que, à época, já possuía um robusto histórico em terras nacionais e

[44] FREITAS, Viviane Gonçalves. Opt. cit., 2017, p. 106.
[45] Imagem retirada do jornal Nzinga Informativo. Fonte: **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, junho 1985.
[46] RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, 2018, p. 27-28.

internacionais. É importante ressaltar que as mulheres negras se inseriam, desde o princípio, na "retomada de intensas lutas populares que mobilizaram massas no país, em especial no tocante ao fim da ditadura militar, ao direito de escolher seus representantes, inclusive para a Presidência da República, às mobilizações em torno da nova Carta Magna etc."[47]. As mulheres negras eram parte dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro e do movimento feminista, porém, essa participação aos poucos foi se mostrando insuficiente no que tange a uma agenda política que precisava contemplar as suas vivências e questões.

Voltando a mencionar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, é importante ressaltar que o debate acerca da não contemplação das vivências de sujeitas racializadas por um feminismo que se pressupunha global estava presente no evento. A historiadora Cláudia Pons Cardoso nos elucida que Lélia Gonzales, no texto "A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social", apresenta o debate posto na época, visto que a identidade feminista negra "se constrói como alternativa ao sujeito do feminismo hegemônico"[48]. Dentro do mesmo texto, Gonzalez tece uma crítica ao que chama de visão estreita da realidade de mulheres e homens negros presente na defesa de um feminismo que tem nas desigualdades de gênero seu cerne, como um elemento essencial e desconsiderando que as relações de poder são constituídas por outros fatores como raça e classe[49].

Portanto, antes de apresentar as pautas discutidas no *Nzinga Informativo*, é de suma importância que compreendamos o caráter distintivo do periódico, visto que representa uma visão de mundo diferente. Ao enxergar as mulheres negras como uma categoria política, as autoras do *Nzinga* marcam o território do debate racial, pois entendem que os sujeitos são racializados. Por isso, um feminismo que se pressupõe global não as contempla totalmente, pois quando se compreende os sujeitos dessa forma, nada pode ser global, no sentido de universal, pois tudo é interseccionalmente localizado.

Lélia Gonzalez, que ocupava tanto o espaço do *Mulherio* quanto do *Nzinga*, inclusive como uma de suas fundadoras, defendia um feminismo marcado pela especificidade, posto que possui uma diferença particular em face do ocidental, dada pela solidariedade, fundada numa

---

[47] GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 09-22, 2018, p. 10.
[48] CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiência de mulheres negras brasileiras. **FAZENDO GÊNERO**, v. 10, 2013, p. 5..
[49] CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiência de mulheres negras brasileiras. **FAZENDO GÊNERO**, v. 10, 2013, p. 5.

experiência histórica comum[50]. Sendo assim, é possível ver no periódico a presença de tais concepções, principalmente em seu primeiro número, onde se lê:

> Nós, MULHERES NEGRAS, temos que lutar contra a discriminação sexual além da discriminação racial, que nos torna mais exploradas que o homem negro mais desrespeitadas que as demais mulheres, inferiorizadas duplamente: enquanto mulheres e enquanto negras. Aceitas apenas como 'instrumento' de trabalho (empregadas domésticas, serventes, babás, faxineiras etc.) ou 'instrumento' de prazer ('as mulatas que não estão no mapa'), que são utilizadas para saciar os apetites, recalques e as taras sexuais masculinas. Faz-se necessário que a Mulher Negra entenda que a opressão racial e sexual, fazem parte de um contexto maior que é a opressão social. Daí, acreditamos que a compreensão das questões fundamentais do racismo e do sexismo, levarão a MULHER NEGRA a um mais fácil entendimento dos problemas sociais mais amplos.[51]

O feminismo negro que o *Nzinga Informativo* buscava criar em suas páginas percebia que a discriminação de gênero não era o único fator a ser analisado quando o assunto era lutar pelos direitos das mulheres. A sociedade brasileira era, não só naquele contexto, mas historicamente, constituída por múltiplas violências que atravessavam a experiência das mulheres e em especial das mulheres negras, que sofriam ainda com a discriminação racial e muitas vezes de classe. O nosso olhar para com a fonte deve compreender essa especificidade, pois as pautas e agendas que o periódico veio a contemplar estavam orientadas por essa perspectiva.

2.2 As pautas do *Nzinga Informativo*

Para a construção dessa pesquisa, foram consideradas todas as cinco edições do *Nzinga Informativo*, publicadas entre 1985 e 1989. As edições, compostas por entre seis e oito páginas, não possuíam textos assinados, o que a meu ver, revela o caráter coletivo que as autoras buscavam conferir às publicações. Segundo um levantamento feito pela pesquisadora Viviane Gonçalves Freitas[52], a valorização da população negra e das mulheres negras é o ponto central do periódico. Outro dos temas abordados é a discriminação racial que acontecia na África do Sul pelo regime do *apartheid*, através das discussões que alertavam para o que ocorria no país

[50] GONZALES, Lélia apud CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiência de mulheres negras brasileiras. **FAZENDO GÊNERO**, v. 10, 2013, p. 6.
[51] **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 1, junho 1985.
[52] FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 110.

africano. As críticas também serviam como uma forma de relatar sobre a segregação interseccional que tomava e toma até hoje curso no Brasil.

Viviane Freitas ainda ressalta que o coletivo responsável pela publicação do *Nzinga Informativo* era sediado em um bairro da periferia do Rio de Janeiro e tinha como política institucional a participação política das mulheres, o que é mencionado no periódico de forma frequente[53]. O primeiro número, já abordado no presente capítulo, buscou apresentar os objetivos tanto do coletivo quanto do periódico. Já o segundo número (de julho de 1985 traz o debate relacionado ao regime do *apartheid*, com textos de apoio ao povo negro sul-africano e que denunciavam a crueldade do regime, levando à público a posição do periódico quanto ao que estava acontecendo no país africano.

O terceiro número, publicado em fevereiro/março de 1986, debate a Assembleia Constituinte. As mulheres do *Nzinga Informativo* denunciavam que não havia uma pessoa que pudesse atuar na representatividade das mulheres negras. O debate busca trazer informações sobre o que é uma Constituição e uma Constituinte e depois reforça a necessidade da representação política, para que os desejos do povo venham a caber dentro da Constituição. Isso só tendo a possibilidade de acontecer através de representantes comprometidos de fato com a comunidade que dizem representar.

Diante disso, o periódico afirma que "quando colocamos a necessidade de escolhermos nossos representantes entre os grupos de mulheres e de negros, estamos preocupados com a maioria da população que é mulher e é negra"[54]. O debate desagua ainda na necessidade de as discussões sobre a Constituinte ocuparem todos os espaços, para que as mulheres negras votassem em candidatos efetivamente comprometidos com a luta de libertação das mulheres e dos negros. Além dos debates sobre a Constituinte, o número também trouxe uma entrevista realizada com membras do *Aqualtune*, grupo de mulheres negras que derivou do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Entre os temas abordados durante a entrevista, vemos o engajamento político de mulheres negras, a relação com o movimento feminista e a participação em partidos políticos.

Foram participantes da entrevista: Jurema Gomes, Beth, Cláudia, Valéria, Bárbara, Carmem Lúcia (Nzinga), Pedrina, Vera Lúcia, Suzete (Aqualtune) e Joana Angélica (Cemufp – Centro de Mulheres de Favela e Periferia), identificadas em sua maioria somente pelo

[53] Idem, Ibidem, p. 111.
[54] **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 3, fevereiro/março 1986.

primeiro nome. Com relação ao IPCN, foi debatido que faltavam discussões sistemáticas sobre mulheres negras, além de sofrerem com problemas relacionados ao machismo nas reuniões. Foi devido a esses problemas, inclusive, que o Aqualtune passou a funcionar tanto no espaço do IPCN quanto fora dele. Afirmaram também durante a entrevista que uma das contribuições do grupo foi a organização das mulheres negras, que até então não havia, além do fortalecimento das entidades do Movimento Negro e sua articulação com o Movimento Social como um todo no Rio de Janeiro[55].

A pesquisadora Bárbara Araújo Machado, citando Rosália Lemos, explicita que as duas correntes do Aqualtune (a que continuou no IPCN, liderada por Suzete Paiva e a que deixou o IPCN, liderada por Pedrina de Deus) definiram os rumos que o movimento de mulheres negras iria tomar. Ela comenta: "Por um lado, a defesa da necessidade de que as mulheres negras disputassem espaços mistos do movimento negro, como o IPCN, e, por outro, o entendimento de que era preciso deixar esses lugares para construir organizações específicas"[56]. Conhecer esse grupo de mulheres é fundamental para que possamos entender melhor o Nzinga enquanto Coletivo, pois, a perspectiva por ele adotada acontecia de acordo com o segundo rumo explicitado pela pesquisadora, pois se erguia enquanto espaço específico para discussão da situação da mulher negra brasileira.

Segundo as autoras Flávia Rios e Viviane Gonçalves Freitas[57], a agenda das mulheres negras era então percebida como uma agenda política e, por isso, o coletivo entendia que após a redemocratização, os primeiros passos do país deveriam trazer uma mobilização da população negra em prol dos seus direitos, para que fossem incorporados ao debate constitucional. Portanto, ao falar da representação política na Constituinte, o periódico não estava tratando meramente da representação política, mas também do aspecto da representatividade. Existia um entendimento de que as restrições e o acesso desigual a oportunidades deveriam ser consideradas na reformulação de um país que se pretendia redemocratizado e, ao ver das autoras, isso reforça o fato de a política institucional ser um dos temas mais frequentes no periódico.

O quarto número, datado de julho/agosto de 1988, se destaca pelas diferenças que demonstra com relação aos demais publicados anteriormente. Primeiramente, temos em mãos

---

[55] **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 3, fevereiro/março 1986

[56] MACHADO, Bárbara Araújo. Autonomia e solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980. **Acervo**, v. 33, n. 2, p. 117-139, 2020, p. 124.

[57] RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer, São Paulo**, n. 1, p. 25-45, 2018, p. 39.

uma edição com publicações de autoria revelada e a capa conta com uma fotografia das mulheres do *Nzinga Informativo*. Como o próprio título diz: "As mulheres do NZINGA com a cara e a coragem".

Imagem 4 – As mulheres do Nzinga[58]

Logo no início nos deparamos com um editorial, que coloca em perspectiva as relações entre o Nzinga enquanto Grupo de Mulheres Negras, o Movimento de Mulheres e o Movimento Negro. Tais relações são percebidas pelas autoras como desenvolvidas em dois eixos, explicitados da seguinte forma:

> O primeiro – a questão de Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar essa identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral[59].

As questões que concernem às relações entre o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Negro garantem um amplo espaço de investigação histórica. Porém, dada a perspectiva escolhida para o presente trabalho, o foco aqui estabelecido faz com que lancemos um olhar mais atento para as relações entre o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento

[58] Imagem retirada do jornal Nzinga Informativo. Fonte: **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 4, julho/agosto 1988.
[59] **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 4, julho/agosto 1988.

de Mulheres. Sendo assim, Lélia Gonzalez, tal como registrado no livro *Por um feminismo negro afro-latinoamericano*, organizado postumamente, não tarda em explicitar tais questões, colocando em pauta a atuação política das mulheres negras brasileiras e como isso foi recebido pelo movimento de liberação das mulheres. No artigo "A participação da mulher negra na luta sociopolítica", ela argumenta:

> O engajamento no movimento de liberação de mulheres provocou reações contraditórias. Nos encontros e congressos feministas brancos, mulheres negras eram frequentemente consideradas "agressivas" ou "não feministas" por conta de sua insistência em que o racismo precisava ser parte da luta feminista, já que, assim como o sexismo, era igualmente uma forma estrutural de opressão e exploração. A questão da exploração das trabalhadoras domésticas majoritariamente negras por suas empregadoras tampouco foi bem recebida na agenda do movimento de libertação das mulheres; argumentava-se que ao receberem remuneração elas estariam "liberadas" para o engajamento na luta das mulheres. E se a violência policial perpetrada contra homens negros era denunciada, a resposta era que a violência da repressão contra organizações políticas de esquerda era muito mais importante. Em última análise, apenas setores específicos do movimento tornaram-se apoiadores das reivindicações das mulheres negras. De todo modo, como notou Bourne, o movimento brasileiro de mulheres, na medida em que emergiu do movimento ocidental de liberação das mulheres, ainda reproduz seu "imperialismo cultural"[60].

Através das palavras da pesquisadora e ativista, é possível perceber algumas das tensões que se instalavam dentro dos movimentos sociais quando certas pautas viam à tona. Pois bem, ser mulher negra no Brasil pressupunha e pressupõe até hoje o atravessar de camadas de opressão, o silenciar de várias vozes e a luta constante para conquistar espaços e direitos. Era preciso que o racismo fosse encarado e combatido da mesma forma que o sexismo, para que a libertação das mulheres também englobasse as mulheres negras. No periódico, o debate em torno da divisão sexual do trabalho e as outras opressões sofridas pelas mulheres é feito na perspectiva de que tudo o que foi ensinado às mulheres como natural e parte da condição feminina é consequência de fatores socioculturais e, portanto, deveriam ser compreendidos como questões de natureza política[61].

Ainda no quarto número, lê-se um texto assinado por Pedrina de Deus, que era parte da liderança do grupo de mulheres *Aqualtune*, o mesmo grupo que havia concedido uma entrevista ao *Nzinga Informativo* no número anterior. O texto discute o racismo e o machismo, em um esforço de desmistificar ideias confusas sobre esses dois temas. Começando com as questões

---

[60] GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020, p. 149.

[61] RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer, São Paulo**, n. 1, p. 25-45, 2018, p. 40.

raciais, a autora usa exemplos que embarcam a realidade econômica para explicar como ocorre a dominação de um grupo sobre o outro:

> A classe dominante branca trata de nos manter analfabetos, sem informação, sujeitos a doenças, subnutridos, para que a gente se convença de que a nossa raça é que é incapaz, e não que as condições em que a gente vive é que nos torna menos aptos. Com as diferenças de raça em evidência, tomando como referencial a raça européia, eles tornam biológico o que é sociológico, e assim exercem o racismo como ideologia para nos dominar. [...] Toda essa ideologia cai em dobro sobre a cabeça da mulher negra[62].

Além das questões econômicas, Pedrina de Deus também escreve sobre a ideologia cultural que é difundida desde a infância e que faz com que a mulher acredite que sua posição é de dependência em relação ao homem e em relação aos brancos, se tornando um ser passivo diante da sociedade. Porém, a autora também oferece formas de promover a emancipação da mulher negra, sendo primeiramente no nível das ideias. É necessário que uma reflexão aconteça para que os valores opressores sejam retirados de dentro das mulheres, mas de forma a respeitar o tempo de cada uma. Em segundo lugar, é preciso entender que a luta é coletiva e tem por objetivo produzir transformações na vida de todo o povo negro. Por fim, a autora reforça que é necessário evitar o engano de que a mudança da legislação promoverá a emancipação, pois "para nós, mulheres negras que sofremos todas as contradições da vida econômica da sociedade brasileira em dobro, só o combate ideológico dá um fim definitivo ao racismo e ao machismo"[63].

O quinto número, último a ser publicado pelo periódico, marca uma dupla comemoração. Em primeira instância, celebra o 8 de março – Dia Internacional da Mulher, e, por outro lado, celebra o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, em que as mulheres do *Nzinga* reuniram o maior número de opiniões sobre o evento que conseguiram acumular. Para isso, enviaram cartas convidando as participantes do Encontro a colaborarem com o Informativo e o resultado foi então publicado, com o objetivo de falarem de seus sonhos e esperanças, falarem um pouco sobre si mesmas. Sobre essas expectativas, lê-se no referido número:

> Neste 8 de março – Dia Internacional da Mulher – este número é uma homenagem a todas as mulheres: negras, brancas, índias e mestiças. Àquelas que descobriram que são oprimidas e àquelas que ainda nem se aperceberam disso. Neste 8 de março – Dia Internacional da Mulher – este número reflete nossa esperança na construção de um

[62] DEUS, Pedrina de. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 4, julho/agosto 1988.
[63] DEUS, Pedrina de. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 4, julho/agosto 1988.

> mundo mais justo, onde homens e mulheres, negros, brancos, índios e mestiços, mantenham as suas diferenças, mas tenham oportunidades iguais[64].

O 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (1 ENMN) foi um marco importante na trajetória do movimento social criado e realizado por mulheres negras. Contando com representantes de 17 estados brasileiros, o Encontro reuniu um número aproximado de 450 mulheres negras em um espaço de debates em torno do combate à discriminação racial e da ação política. Com painéis, oficinas e salas de conversa, as mulheres abordaram os seguintes temas: "mercado de trabalho; trabalhadoras rurais; trabalhadoras domésticas; organizações da sociedade civil; arte e cultura; saúde; sexualidade, prazer e homossexualidade; maternidade e controle a natalidade; educação diferenciada; construção da identidade 'mulher negra'; religiões afro-brasileiras; tradição oral e memória cultural"[65].

Segundo a historiadora Marjorie Chaves, a realização do 1 ENMN encontrou resistência por parte dos movimentos negros, pois diversas entidades se sentiram ameaçadas por um movimento de mulheres negras de alcance nacional. Parte das lideranças do Movimento Negro Unificado alegou que a luta antirracista das mulheres negras ia de encontro aos princípios da organização, pois, como o próprio nome já dizia, ela pretendia unificar a militância.

Intitulado "O que as Mulheres disseram do Encontro", o conjunto de opiniões publicado no *Nzinga* começa com um texto de Helena Maria de Souza, então coordenadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras RJ e membra da Comissão Executiva do 1 ENMN. Ela explicou vários aspectos sobre a organização do Encontro, desde as temáticas das discussões que houveram (já explicitadas em parágrafo anterior), até a articulação necessária para fazer tudo acontecer. Ao final de seu texto, ela deixa um pouco de si ao contar:

> Houve falhas. Muitas! Entre elas: pouca divulgação, pouca representação do interior do estado do Rio, ausência de matéria na imprensa. Cometemos alguns erros. Por inabilidade política. Por divergências internas. Por falta de amadurecimento. Pela ânsia de acertar a todo custo. E também porque éramos poucas, e enquanto militantes não profissionais, realizamos o Encontro com muito esforço. Algumas mais que as outras, viramos noites, dedicamos finais de semanas e feriados, participamos de encontros estaduais, matamos o trabalho, redigimos textos, defendemos posições, batalhamos a grana, saímos em campo atrás de hospedagem, elaboramos Projetos, fizemos contatos, articulamos/desarticulamos, discutimos, brigamos. Nos amamos e nos odiamos. Mas botamos o Encontro na rua[66].

---

[64] **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 5, março 1989.
[65] CHAVES, Marjorie Nogueira. **As lutas das mulheres negras:** identidade e militância na construção do sujeito político. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 99.
[66] SOUZA, Helena Maria de. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 5, março 1989.

O relato de Helena Maria de Souza toca no que Conceição Evaristo chamou de *escrevivência*. As fontes nos permitem acessar a experiência das mulheres através de suas próprias palavras, que contam suas dores e sua luta para construir um feminismo que contemplasse as suas vivências de fato. O último número do *Nzinga Informativo* se encerra com uma entrevista, intitulada "O perfil do perfil", que conta com Obacy como entrevistada e foi feita por Maria Lucia de Carvalho (Malu), integrante da Comissão Executiva do 1 ENMN e fazia parte do Grupo de Mulheres da Cidade de Deus.

Obacy era o nome escolhido por Celita Vieira da Cruz, pela qualidade de seu santo, Obá. Moradora há 22 anos na época na Cidade de Deus, fazia parte da Ala dos Compositores da Escola de Samba Mocidade Unida de Jacarepaguá. Ao ser perguntada sobre se sentir discriminada na Escola de Samba, Obacy respondeu que elas (as mulheres) sempre sofrem discriminação e que mulher compositora em Escola não era algo muito comum para os companheiros entenderem. A entrevista havia sido feita para o Informativo nº 02 do 1 ENMN, porém, por problemas de falta de espaço, o texto não pode ser publicado. A autora da entrevista, Malu, por se tratar de um texto que fala de uma mulher negra e guerreira, achou por bem publicar no *Nzinga*[67].

[67] **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 5, março 1989.

Imagem 5 – Obacy[68]

Como ressaltam as autoras Flávia Rios e Viviane Gonçalves Freitas, o estudo do *Nzinga Informativo* demanda uma rota intermediária, nas vias abertas entre os feminismos e o antirracismo, de onde se emerge o feminismo negro como frente de organização política e autônoma no Brasil[69]. No próximo capítulo, realizaremos o cruzamento entre o *Nzinga Informativo* e o *Mulherio*, a fim de explorar a via que perpassa o feminismo com pretensões gerais e o feminismo negro. Para tal, a análise a ser feita perpassa a figura de Lélia Gonzalez, ativista que ocupou ambos os espaços com sua presença e escrita. A autora Rosalia de Oliveira Lemos, no artigo "Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões", sintetiza a ligação entre Gonzalez e o periódico, quando diz:

[68] Imagem retirada do jornal Nzinga Informativo. Fonte: **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 5, março 1989.

[69] RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018, p. 41.

> A criação do NZINGA é o marco para o Feminismo Negro contemporâneo no Brasil devido seu posicionamento político nas relações de gênero e raça. E vale destacar a relevância da iniciativa da ativista, professora mestre e política, Lélia Gonzalez que iria iniciar a sistematização do pensamento feminista negro e faria de sua produção intelectual, um veículo de militância e de repúdio austero à Democracia Racial no Brasil. Em seus textos, encontram-se a denúncia do racismo, do sexismo, das discriminações por orientação sexual e suas incidências sobre as mulheres negras. Assim como as escritoras dos anos 1940 e 1950, Lélia pensava nos sistemas de opressão interseccionados, conceito que estarão presentes nas produções das afronorteamericanas, tais como Sojourner Truth, Ida B. Wells, Kimberley Crenshow, Patrícia Collins, Ângela Davis, bell hooks, dentre outras [...]. A produção intelectual de Lélia Gonzalez contribuiu para dar visibilidade acadêmica à epistemologia feminista negra no Brasil. Seus textos, para além de descrever situações de opressões impostas por um sistema racializado, acrescentam a reflexão sobre a importância do ativismo na transformação da realidade da mulher negra brasileira. Há um legado de luta em seus textos que vão além da constatação das situações cotidianas de embates no feminismo tradicional (hegemônico ou branco), nos partidos e no movimento negro[70].

Portanto, reafirmando nossa escolha metodológica, é a atuação de Lélia Gonzalez que permitirá o cruzamento entre os periódicos e a consumação do objetivo para o presente trabalho. Ao analisarmos ambos frente a frente, será possível vislumbrar como era parte da experiência das mulheres negras em meio à criação de um feminismo negro enquanto aparato intelectual e movimento social e o contato com o feminismo compreendido como norte-global. Ao entender o "negro" em "feminismo negro" como uma categoria política, coloco em debate duas formas de ver o mundo, adotando uma postura crítica diante de explicações generalizantes sobre mulheres, para assim, delinear a transversalidade do debate racial no palco dos dois periódicos.

[70] LEMOS, Rosalia de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 185, p. 12-25, 2016.

CAPÍTULO 3 – MULHERES QUE ESCREVEM, LUTAM E PUBLICAM

Após conhecermos ambos os periódicos, nossa pesquisa se volta a pensar as proximidades e os distanciamentos entre eles. A análise segue considerando a década de 1980 no Brasil como temporalidade e espacialidade e busca, considerando a sincronicidade entre o *Mulherio* e o *Nzinga Informativo*, problematizar questões que permeavam as vivências diferentes das mulheres que escreviam em suas páginas, além de identificar como o debate racial se configurava nesses veículos da imprensa feminista, no caso do primeiro, e das imprensas feminista e negra, no caso do segundo. É importante ressaltar que compreendo a imprensa negra, no que tange a seu conteúdo e linha de atuação, da forma como foi colocado pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto. Em suas palavras, "pode-se, então, dizer que essa corresponde aos jornais que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil", escritos exclusiva ou majoritariamente por pessoas negras e se dirigindo a um público com este perfil e interesse pela luta antirracista[71].

Quando utilizamos o termo "imprensa feminista", estamos evidenciando um jornalismo que, segundo a pesquisadora Viviane Gonçalves Freitas, era feito por mulheres, a respeito das mulheres e para mulheres, com o objetivo de ser um espelho fiel delas com suas contradições, desejos, conquistas, problemas, lutas, questionamentos[72]. Como já foi dito nos capítulos anteriores, existe um feminismo que ressurge na década de 1970 e se insere no período mais radical contra a ditadura militar brasileira. Uma série de movimentações ocorre até que, no início da década de 1980, dezenas de grupos feministas já existiam por todo o país.

A pesquisadora Elizabeth Cardoso, em seu trabalho "Imprensa feminista brasileira pós-1974", divide a imprensa feminista em uma primeira e uma segunda geração. Entretanto, alerta que essa divisão e caracterização não possuem o intuito de amordaçar as publicações com rótulos, mas sim de enriquecer a leitura desse conjunto de periódicos[73]. O pensamento da autora ressoa em larga medida com a presente pesquisa, pois ao aproximar a dupla de periódicos

---

[71] PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta:** a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 28.

[72] FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 74.

[73] CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 37-55, 2004, p. 38.

selecionados, nosso objetivo não é o de tecer uma comparação que gere rotulações aprisionantes, mas sim o de extrair através da aproximação promovida pela análise historiográfica, a agência de mulheres em prol de seus direitos. Os encontros e desencontros observados fazem com que os periódicos materializem as vozes das mulheres, enriquecendo assim as contribuições historiográficas com relação à construção dos movimentos feminista e de mulheres negras no Brasil.

3.1 LÉLIA GONZALEZ VAI À LUTA!

Como explicitado no capítulo anterior, é através das contribuições dadas por Lélia Gonzalez em ambos os periódicos que a nossa análise se faz possível, tendo em vista que as palavras da pesquisadora e ativista nos servem como ponte entre dois periódicos diferentes em diversos aspectos. Diante disso, é no mesmo número em que publica o artigo "Mulher Negra", no *Mulherio*, que Lélia Gonzalez chama a atenção para duas efemérides do mês de março, com provocações direcionadas ao tópico que ela mesma faz referência em diversos textos: a tríplice discriminação sofrida pela mulher negra. Lê-se então no terceiro número do periódico *Mulherio*:

> Interessante que março está pontuado por duas datas importantíssimas, relacionadas a duas grandes "minorias". Afinal, estamos aí, realizando congressos, seminários, palestras fazendo lembrar a todo mundo que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher. Quanto ao 21, um grande silêncio o caracteriza. À exceção de alguns setores da comunidade negra e de órgãos representativos da ONU, pouquíssimas instituições ou movimentos sabem do Dia Internacional contra a Discriminação Racial. E, no entanto, em termos de Brasil, está provado que a discriminação e as desigualdades raciais são muito mais marcantes e marcadas do que aquelas relativas à mulher. Daí nossa solidariedade ao movimento negro brasileiro e a essa figura tão importante na história brasileira, objeto de uma tríplice discriminação (social, racial e sexual): a mulher negra[74].

"Artigos-provocações", é dessa forma que a pesquisadora Luana Diana dos Santos intitula a produção intelectual de Lélia Gonzalez no periódico. Segundo a autora, Gonzalez compunha a equipe editorial do *Mulherio* juntamente com figuras proeminentes da intelectualidade e do movimento brasileiro de mulheres. No entanto, era a única mulher negra a participar do projeto mantido pela Fundação Carlos Chagas. Ali, ela versava sobre a

[74] GONZALEZ, Lélia. Março: 8 e 21. **Mulherio**, São Paulo, n. 3, set./out. 1981, p. 2.

discriminação racial, o processo de exclusão sofrido pelas mulheres negras, o emprego doméstico e suas raízes históricas, temas esses pouco debatidos no seio do movimento feminista. Para além disso, Luana Diana dos Santos ainda revela que a relação entre mulheres brancas e negras dentro do movimento de mulheres era por vezes conflituosa e, talvez por esse motivo, Lélia Gonzalez tenha sido chamada durante a sua militância de "criadora de caso"[75].

Outros pormenores da relação entre mulheres brancas e negras dentro do movimento feminista são evidenciados por Lélia Gonzalez em artigo "A participação da mulher negra", que compõe a coletânea *Por um feminismo afro-latinoamericano*, editada postumamente em 2020. No texto, a ativista relata:

> Apesar dos aspectos positivos em nossos contatos com o movimento de mulheres, as contradições e ambiguidades permanecem, uma vez que, enquanto originário do movimento de mulheres ocidental, o movimento de mulheres brasileiro não deixa de reproduzir o "imperialismo cultural" daquele. E, nesse sentido, não podemos esquecer que alguns setores do movimento de mulheres não têm o menor escrúpulo em manipular o que chamam de "mulheres de base" ou "populares" como simples massa de manobra para a aprovação de suas propostas (determinadas pela direção masculina de certos partidos políticos). Mas, por outro lado, muitas "feministas" adotam posturas elitistas e discriminatórias com relação a essas mesmas mulheres populares. De acordo com o relato de companheiras do Nzinga, por ocasião da reunião em que seria tirado o nome daquela que representaria o movimento de mulheres no comício das Diretas do dia 21 de março no Rio, uma militante feminista branca, não aceitando a indicação de uma mulher negra e favelada, declarou com todas as letras que "mulher de bica d'água não pode representar as mulheres". [...] Por essas e outras é que se entende por que os grupos de mulheres negras se organizaram e se organizam a partir do movimento negro e não do movimento de mulheres[76].

É possível perceber através do texto mobilizado pela ativista que o *Nzinga Informativo* se insere no cenário "em que se forma um novo regime de visibilidade das mulheres negras com vistas a superação de estereótipos coloniais e enfrentamento público das desigualdades nos círculos políticos mobilizados"[77]. Esse enfrentamento é reforçado no número inaugural do *Nzinga Informativo*, visto que em sua capa de apresentação, relatava: "É nosso propósito fazer desse espaço um veículo que alcance um número sempre maior de mulheres e homens, brancos

---

[75] SANTOS, Luana Diana dos. Por um feminismo plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio. **Gênero na Amazônia**, v. 4, p. 225-237, 2013, p. 227.

[76] GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020, p. 94.

[77] RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018, p. 32.

e negros que estejam preocupados com as mesmas questões que esse informativo se propõe a abordar"[78].

Diante desses aspectos, o que se percebe na relação entre o movimento feminista e o movimento de mulheres negras são os choques causados pela diferença de lugares sociais de onde partem ambos os movimentos. Essa diferença, no entanto, delimita em que medida o debate racial é incorporado às agendas de ambos os periódicos. Para além disso, em que medida as agendas nos mostram as dificuldades em romper uma matriz narrativa que perpetua os silenciamentos sofridos pelas mulheres negras. Lélia Gonzalez, no artigo "Racismo e sexismo na cultura brasileira", explicita bem a questão do lugar social quando diz:

> O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. [...] E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva[79].

O trecho ilumina a maneira como o feminismo negro tem organizado e mobilizado espaços em veículos de informação próprios e já existentes dentro do movimento de mulheres para que as sujeitas históricas não prioritárias na ordem do discurso lutassem e afirmassem as suas existências. A análise da transversalidade do debate racial tendo como foco a dupla de periódicos perpassa essas questões, tendo em vista de que enquanto o *Mulherio* era um veículo oriundo da mobilização do feminismo acadêmico que não se veiculava a grupos feministas em particular[80], o *Nzinga Informativo* se constituiu com o objetivo de construir uma agenda política referente aos direitos das mulheres negras.

É sabido que o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, fundado em 16 de junho de 1983, nasceu antes do periódico. Esse fato, inclusive, foi noticiado pelo *Mulherio*. Na vigésima segunda página do periódico, em seu décimo quarto número do ano de 1983, lê-se:

> Lélia Gonzales informa que foi criado no Rio de Janeiro o Coletivo Nzinga de Mulheres Negras, constituído em sua maioria por empregadas domésticas. O grupo está discutindo a tríplice exploração de que é vítima a mulher negra, além de formas de organização para fazer frente aos problemas de saúde, educação, recreação e creche. Jurema Batista,

---

[78] Apresentação, **Nzinga Informativo**, n. 1, jun. 1985, p. 1.

[79] GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Brasília, p. 223-244, 1984, p. 224.

[80] BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. In: PROJETO-MULHER. **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 23.

> uma das mulheres da diretoria, irá pela primeira vez representar a mulher negra popular brasileira no Encontro Feminista do Peru, de 19 a 22 de julho[81].

Essa não é a única vez em que o Coletivo carioca será mencionado nas páginas do periódico paulista. Em 1985, o *Mulherio* publica textos referentes ao regime do *apartheid* que tinha curso na África do Sul. Em um dos textos, intitulado "Quantas anônimas guerreiras brasileiras", foi mencionada uma discussão sobre o racismo que aconteceu em Bertioga, em que as mulheres do Coletivo Nzinga, juntamente com muitas outras, apresentaram uma canção como mensagem final ao III Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho (EFLAC), com um pouco da história de resistência da mulher negra[82]. É importante ressaltar, no momento de encerramento destacado, a intervenção de Luiza Bairros, que argumenta contra a opinião de que o tratamento de questões sociais, políticas e econômicas pudessem descaracterizar o objetivo maior do feminismo. A ativista aponta para a necessidade de haver um despertar dentro do feminismo para questões que antes não eram enxergadas, olhando para o que existe de diferente e de aparentemente contraditório dentro do movimento[83].

O III EFLAC foi palco de diversas discussões acerca do que estamos procurando abordar com a pesquisa: os encontros e desencontros entre os vários feminismos. A pesquisadora Sonia Alvarez, juntamente com outras, nos informa o seguinte:

> As dificuldades em construir pontes entre diferentes expressões do movimento de mulheres e feministas – marcadas pelas imensas desigualdades estruturais e diferenças políticas – vieram claramente à tona no Terceiro Encontro em Bertioga, Brasil (1985), quando um grupo de mulheres de uma favela do Rio de Janeiro chegou em um ônibus, pedindo para poder participar, apesar de não ter condições de pagar a taxa de inscrição. Mesmo com um número significativo de mulheres negras e pobres já participando, a crise persistente do feminismo com relação à inclusão e exclusão literalmente se estacionou na porta desse Encontro. As organizadoras brasileiras haviam de fato assegurado várias bolsas para possibilitar a participação de mulheres pobres, e muitas participantes suspeitaram que o incidente do ônibus foi orquestrado por partidos políticos em uma tentativa de desacreditar o feminismo. De qualquer forma, muitas das participantes, especialmente militantes do então emergente movimento de mulheres negras, insistiram que as questões de raça e classe não ocupavam um lugar central na agenda do Encontro e que as mulheres negras e pobres não haviam tido uma participação

[81] Recém-nascido II. **Mulherio**, São Paulo, n. 14, jul./ago. 1983, p. 22. Na fonte, menciona-se Jurema Batista. Mulher negra, mãe de três filhas, moradora da comunidade do Andaraí, no Rio de Janeiro, graduada em Letras, eleita três vezes vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em 1992, 1996, 2000 e eleita deputada estadual em 2002. Fonte: ZUBARAN, Maria Angélica; ANDRADE, Denise Bock de. As escrevivências de Jurema Batista: protagonismo e interseccionalidade de gênero e raça. **Revista TransVersos**, n. 20, p. 32-48, 2020.

[82] Quantas anônimas guerreiras brasileiras. **Mulherio**, São Paulo, n. 22, jul./ago./set. 1985, p. 14.

[83] O discurso de Luiza Bairros foi registrado e pode ser acessado em: ACERVO, Cultne. CULTNE - VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe - Luiza Bairros -1985. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UTMNtN2jOVs. Acesso em: out. 2021. Sobre Luiza Bairros: PINTO, A. F. M.; FREITAS, F. da S. Luiza Bairros – Uma "Bem Lembrada" entre nós 1953-2016. **Afro-Ásia**, [*S. l.*], n. 55, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316. Acesso em: out. 2021.

> significativa na elaboração dessa agenda. Obviamente, as desigualdades de raça e classe dificilmente são resolvidas com a simples 'inclusão' de mulheres de classe trabalhadora e não-brancas nos 'ranks' do feminismo. Como a nossa discussão subsequente vai mostrar, o movimento continua a lutar com as maneiras com que os privilégios de classe, raça e de orientação sexual hetero estruturaram as relações de poder entre as mulheres na sociedade e dentro do próprio feminismo[84].

Mesmo dentro dos encontros, os desencontros aconteciam. Fica evidente que existia um esforço de promover a inclusão por parte do movimento feminista, porém, isso não era o suficiente para romper uma matriz narrativa. Quando as ativistas do movimento de mulheres negras insistiram que as questões de raça e classe não ocupavam um lugar central na agenda, demonstravam que existia uma maneira com que as mulheres brancas conviviam com as suas existências. Essa maneira, por mais que recheada de boas iniciativas, estava marcada pelo subdimensionamento de algumas questões. Questões essas que tocavam diretamente no ser e no agir enquanto mulher negra.

Kimberlé Crenshaw, no artigo "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero", fala sobre as várias diferenças que compõem as identidades sociais e fazem a diferença no que tange à forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Por causa disso, "tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres"[85]. Ou seja, percebemos cada vez mais que ao operar com a categoria "mulher" de uma forma generalizante, vários grupos feministas acabavam por não incorporar de forma suficiente os elementos diferenciais que perpassam a vivência das mulheres negras, ocasionando a manutenção do silenciamento que essas mulheres sofrem na ordem do discurso.

Falar de silenciamento é falar do costume, da cultura. No Brasil, a questão racial sofre historicamente com um silêncio ainda permanente em grande parte da sociedade civil e dos setores da elite. Essa omissão faz com que a ideia de que o racismo é um problema de negros e, portanto, diz respeito somente a nós, se perpetue[86]. Segundo a historiadora Marjorie Nogueira

---

[84] ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 541-575, 2003, p. 548.
[85] CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002, p. 173.
[86] CHAVES, Marjorie Nogueira. **As lutas das mulheres negras:** identidade e militância na construção do sujeito político. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 79.

Chaves, "o silêncio não fala, mas significa, produz sentidos que são tão determinantes quanto as falas que se fazem ouvir"[87].

Retomando o papel de Lélia Gonzalez, podemos dizer que ela vai na contramão desse silenciamento, posto que traz para as pautas de reinvindicações políticas a intercessão e insere a discussão sobre as mulheres negras na sociedade brasileira. Para Gonzalez, segundo Marjorie Chaves, os feminismos eram movimentos de mulheres brancas e, por isso, suas críticas eram vistas a princípio como uma afronta. A ativista pontuava que as análises feministas não consideravam as dimensões raciais das desigualdades, pautadas no mito da democracia racial e na ideologia do branqueamento[88].

Portanto, falar da contribuição de Lélia Gonzalez tanto no *Mulherio* quanto no *Nzinga Informativo* é trazer à tona o subdimensionamento das questões raciais que ocorria não só no *Mulherio*, mas em vários outros veículos de comunicação do movimento feminista. Assinalar esse fato, no entanto, não menospreza ou diminui a contribuição do *Mulherio* no que tange ao avanço das discussões sobre os direitos das mulheres e sobre o feminismo no Brasil, mas se constitui como uma via para que possamos compreender em que medida e como o debate racial foi incorporado às discussões de gênero que estavam em curso naquele momento.

3.2 Os debates sobre a Constituinte

Era o ano de 1986, segundo de existência mútua de ambos os periódicos, quando o *Mulherio* dedica uma página para a publicação intitulada "A nova Constituição em gestação". Abordando a mobilização das mulheres em prol da nova Constituinte, o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras é mencionado mais uma vez no periódico, com os dizeres:

> Voltados especificamente para as mulheres negras, estão trabalhando o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga (RJ) e o Coletivo de Mulheres Negras (SP). Elas estão decididas "a assegurar que as conquistas tanto do movimento negro como do movimento de mulheres beneficiem a parcela mais oprimida da população, que é a mulher negra" – informou Sueli Carneiro, sua representante no Conselho Estadual da Condição Feminina (SP). "Senão acontece como vem ocorrendo: as poucas conquistas das mulheres acabam se refletindo sobre as brancas e as poucas conquistas do movimento negro acabam beneficiando fundamentalmente os homens negros"[89].

[87] Idem, ibidem, p. 79.
[88] Idem, ibidem, p. 86.
[89] A nova Constituinte em gestação. **Mulherio**, São Paulo, ano VI, n. 25, mar./ago. 1986, p. 14. Aparecida Sueli Carneiro é uma escritora, ativista e filósofa, além de grande nome da luta antirracista e do movimento negro

O debate em torno da Constituinte estava inserido nas preocupações em volta da cidadania e da autonomia que marcaram os rumos tomados pelos feminismos brasileiros nos anos 1980 e nas décadas seguintes. As historiadoras Cintia Lima Crescêncio e Renata Cavazzana alegam que o dilema da autonomia na prática político-institucional dos movimentos feministas é evidente no *Mulherio*, que decidiu por tratar insistentemente sobre a política institucional brasileira, fato este que causou desconfortos e duras críticas ao jornal[90]. Em resposta, o periódico se posiciona:

> *Mulherio* vem tentando tratar da política institucional. E temos tratado, tateantes, nos perguntando todo o tempo o que significa um jornal de mulheres falar de política, como articular nossos desejos com o Congresso, Colégio Eleitoral, Planalto, terrenos tão alienígenas. [...] um jornal de mulheres não deveria falar de política apenas em abstrato, a tal Política com P maiúsculo? [...]. Então ficamos sabendo que várias pessoas disseram que o jornal deixou de ser feminista ao tratar de política institucional; ou que virou petista. Argh...[91]

O *Nzinga Informativo*, por outro lado, nutria uma postura diferente com relação à Constituinte. A meu ver, discutir se a política institucional era algo feminista não estava entre as preocupações do periódico, que não procurou registrar ressalvas ou explicações quanto a isso. No periódico, a Constituinte foi largamente discutida no terceiro número, inclusive com a presença de debates que buscam informar o que é uma Constituição e uma Constituinte, reforçando a necessidade da representação política. Os percursos do periódico giravam em torno de ampliar e difundir as discussões sobre a Constituinte em todos os espaços, para que as mulheres negras votassem em candidatos efetivamente comprometidos com a luta de libertação das mulheres e dos negros[92].

Enquanto o *Mulherio* foi criticado por abordar a política institucional, o *Nzinga Informativo* percebia a agenda das mulheres negras como uma agenda política. Segundo as pesquisadoras Flavia Rios e Viviane Gonçalves Freitas, "o coletivo entedia ser necessário, nos primeiros passos do país após a redemocratização, também haver uma mobilização da população negra para que seus direitos fossem incorporados ao debate constitucional"[93]. Esse

---

brasileiro. Sobre Sueli Carneiro: SANTANA, Bianca. **Continuo preta:** A vida de Sueli Carneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

[90] CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Renata Cavazzana da. Mulherio na Constituinte (1985-1987). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 33, p. 26-44, 2019, p. 34.

[91] **Mulherio**, São Paulo, ano V. n. 20, jan./fev. 1985, p. 3.

[92] A mulher negra e a Constituinte. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, n. 3, fevereiro/março 1986.

[93] RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018, p. 39.

pensamento reforçava o caráter formativo e popular do *Nzinga Informativo*, pois "era importante que a parcela da população, distante dos meandros da política de gabinetes se sentisse responsável por fazer diferente, por contestar a reafirmação do pressuposto da supremacia da elite branca"[94].

É interessante a forma como ambos os periódicos refletem acerca da política e da postura das mulheres com relação à política institucional. Essa diferença já é por si só muito rica em nos elucidar sobre como ao tratar de dois grupos advindos de lugares sociais diferentes, estamos falando de visões de mundo diferentes. Ao contrapor essas visões, adotamos uma postura crítica diante de explicações generalizantes sobre mulheres. Fazemos isso ao questionar categorias fundadas em experiências distantes da realidade das mulheres negras e que são usadas para explicar fenômenos sociais que lhe dizem e lhe diziam respeito no decorrer de sua história.

Se faz urgente, portanto, que esse olhar para com a história das mulheres negras se amplie cada vez mais dentro da historiografia, para que as várias sujeitas e suas histórias que ainda carecem de investigação não sofram com o silenciamento discursivo promovido pelas categorias que tão pouco lhe contemplam, mas que mesmo assim seguem sendo empregadas. Que a voz de cada mulher negra que ainda precisa ser ouvida possa ser de fato, ouvida. Que se quebrem os silêncios. Jurema Werneck, fundadora da ONG Criola e ativista dos direitos das mulheres negras no Brasil, resume esses anseios ao dizer:

> De todo modo, ainda nos resta a tarefa inconclusa, ou pouco valorizada, de buscar a voz própria. Refiro-me à busca de outras formas possíveis ou desejáveis de expressão e representação do que fomos, do que poderíamos ter sido, do que desejamos ser, antes e além do eurocentrismo e suas pressões simbolizadas pelo racismo heterossexista, sua dominação econômica e seus ataques no plano simbólico. Ainda que nos reconheçamos múltiplas, mutantes, inconclusas. Ou seja, nosso desafio é indagar a partir de qual ou quais formas poderemos, radicalizando os princípios das ialodês ou os princípios feministas e suas contradições, nos colocar na arena pública em nosso próprio nome. Sem demasiada valorização do individualismo e tampouco reificando culturas e seus aspectos de subjugação, o que nos tornaria cúmplices das demandas da atual avidez pelo exótico, pelo diferente, pela alteridade de consumo. Falando a voz de nossos desejos. Este é nosso desafio. Mas não é só nosso[95].

Assim, o desafio é lançado para todos nós que buscamos investigar o feminismo negro e suas sujeitas históricas. O desafio de preservar a voz para que ela não seja mais uma vez

---

[94] Idem, Ibidem.

[95] WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. 2010, p. 84.

silenciada, de incorporar essas vivências ao terreno da História para que os movimentos de mulheres não se cristalizem em uma história única.

CONSIDERAÇOES FINAIS

Após as reflexões feitas acerca do *Mulherio* e do *Nzinga Informativo*, se faz possível relatar algumas conclusões gerais. Entretanto, é importante afirmar que não foi possível esgotar as discussões que ainda podem ser feitas sobre os periódicos e a transversalidade do debate racial. As circunstâncias em que a pesquisa foi feita certamente contribuíram para que isso acontecesse, dadas as limitações conferidas pela pandemia do COVID-19. Sendo assim, ainda existe muito o que se analisar, discutir e concluir sobre as fontes, que são extremamente ricas e importantes.

Não obstante, dentro do que foi possível para o trabalho, destaco os encontros e desencontros percebidos em meio às análises. Existem muitos elementos diferenciais entre grupos específicos de mulheres e esses elementos afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres. Mesmo em face desses aspectos, muitos grupos feministas operam com a categoria "mulher" de forma generalizante, o que gera o subdimensionamento das questões que afetam a vivência das mulheres negras em especial.

Atravessadas pela tríplice discriminação (raça, classe e gênero), as mulheres negras teimaram em materializar suas vozes nos periódicos, sobrepujando silenciamentos e opressões que buscavam manter uma matriz narrativa que não priorizava seus relatos e experiências. Assinalar esse fato é essencial para que a investigação histórica realizada acerca do movimento e da imprensa feminista não lance mão de categorias que não dizem respeito às mulheres negras e as use para explicar fenômenos sociais que lhe dizem respeito.

Ocorre que, apesar das mulheres negras terem fundado veículos de imprensa para tratar de suas agendas específicas e terem contribuído em veículos já existentes dentro da imprensa feminista, ficou evidente que havia ainda muito a ser feito para quebrar a matriz narrativa que perpetuava o silenciamento para com suas questões. Por causa disso, conclui-se que o espaço dedicado no *Mulherio* para tratar das questões concernentes à mulher negra era importante, porém ineficiente para romper com padrões culturais, sociais e econômicos que moldavam a visão que as mulheres brancas possuíam para com as mulheres negras.

Essa ineficiência não se caracteriza como uma falha do periódico, ademais que o objetivo da análise não era de fazer uma comparação rotuladora. Porém, se caracteriza como

uma via de investigação para compreendermos as questões culturais, sociais e políticas que operam com esses silenciamentos e como isso afeta a vivência de tantas sujeitas históricas negras. A falta de um olhar interseccional para com a história das mulheres negras atrasa esse processo, visto que a historiografia perpetua os subdimensionamentos mencionados ao não incorporar as dimensões que atravessam as mulheres negras de forma extremamente próxima.

Ao final deste trabalho, consigo perceber as vias que ainda se encontram abertas e que carecem de maiores investigações, para que a história das mulheres que compunham o *Mulherio* e o *Nzinga Informativo* sejam verdadeiramente contadas. Portanto, deixo esse apelo para o futuro, que o campo da História não cesse em incorporar histórias de mulheres de todas as cores, origens e classes sociais. Porém, que a voz dessas mulheres possa ser ouvida em seus próprios termos, com seus timbres e vivências, pausas, ausências, presenças, lutas e esperanças. Como pesquisadora, honro o esforço por mim empreendido para que essa pequena contribuição fosse finalizada, com o desejo que tivesse sido feito desde o início com a maturidade que adquiri ao final. Sei, no entanto, que realizei o que foi possível para investigar e registrar as minhas análises sobre os escritos dessas mulheres, que tanto me ensinaram.

FONTES

Periódicos[96]

Mulherio

Nzinga Informativo

Audiovisual

ACERVO, Cultne. *CULTNE - VIII Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe - Luiza Bairros -1985*. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UTMNtN2jOVs. Acesso em: out. 2021

[96] Os exemplares do periódico *Mulherio* foram acessados pelo portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/, acesso em out. 2021. Já os exemplares do *Nzinga Informativo* foram acessados através de arquivo pessoal de Ana Flávia Magalhães Pinto e Viviane Gonçalves Freitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 541-575, 2003.

CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiência de mulheres negras brasileiras. **FAZENDO GÊNERO**, v. 10, 2013.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 37-55, 2004.

CHAVES, Marjorie Nogueira. **As lutas das mulheres negras:** identidade e militância na construção do sujeito político. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; DA SILVA, Renata Cavazzana. Mulherio na Constituinte (1985-1987). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 33, p. 26-44, 2019.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. 198 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, pp. 149-166, 2014.

GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 09-22, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. **Revista Uapê – Revista de Cultura**. no. 2. 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo SEAF, 1985).

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Brasília, p. 223-244, 1984.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 185, p. 12-25, 2016.

MACHADO, Bárbara Araújo. Autonomia e solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980. **Acervo**, v. 33, n. 2, p. 117-139, 2020.

PINTO, A. F. M.; FREITAS, F. da S. LUIZA BAIRROS – UMA "BEM LEMBRADA" ENTRE NÓS 1953-2016. **Afro-Ásia**, [*S. l.*], n. 55, 2017. DOI: 10.9771/aa.v0i55.24316. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316. Acesso em: out. 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta:** a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PROJETO-MULHER. **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, v. 9, 2010.

RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018.

SANTANA, Bianca. **Continuo preta:** A vida de Sueli Carneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Luana Diana dos. Por um feminismo plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio. **Gênero na Amazônia**, v. 4, p. 225-237, 2013.

SILVA, Pâmela Guimarães da. Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no jornal "Mulherio". **Revista Dispositiva**, v. 9, n. 15, p. 194-214, jan/jul, 2020.

WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**, Rio de Janeiro, Criola, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014.

ZUBARAN, Maria Angélica; DE ANDRADE, Denise Bock. AS ESCREVIVÊNCIAS DE JUREMA BATISTA: PROTAGONISMO E INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA. **Revista TransVersos**, n. 20, p. 32-48, 2020.